

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 29 de maio de 2013.

Edição nº 1190

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Relatório de Gestão Fiscal.....	3
Boletins de Pessoal	4
Súmulas de contratos.....	4
Avisos de licitações.....	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	5
---------------	---



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 253/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 17 de maio de 2013, a Portaria n.º 1897/2012, que designou o Dr. FRANCISCO JOSÉ BORGES MOTTA como Coordenador da Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel (Port. 1283/2013).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 19 de maio de 2013, a Portaria n.º 0121/2013, que designou o Dr. EVERTON LUÍS RESMINI MENESES como Diretor da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado (Port. 1284/2013).

- a pedido, a Portaria n.º 0693/2008, que autorizou o Dr. EVERTON LUÍS RESMINI MENESES, ID n.º 3429296, então Promotor de Justiça de SÃO JOSÉ DO NORTE, a residir na cidade de Rio Grande/RS, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções (PR.00956.00326/2009-2 - Port. 1289/2013).

- a pedido, a Portaria n.º 0848/2008, que autorizou a Dra. IVANA KIST HUPPES FERRAZZO, ID n.º 3433773, então Promotora de Justiça de CANOAS, a residir na cidade de Porto Alegre/RS, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções (PR.00956.00322/2009-1 - Port. 1304/2013).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de maio de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

EDITAL N.º 211/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Luciano de Oliveira Bernardi, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n° 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria indeferiu a instauração de Inquérito Civil, referente a eventuais omissões e deficiências no cuidado das instalações elétricas dos prédios do Poder Executivo do Município de Vacaria, bem como a falta de fornecimento de EPI's aos trabalhadores do Setor de Iluminação Pública do referido Município. A respeito foi instaurado o expediente RD. n° 00924.00057/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de maio de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

EDITAL N.º 212/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n° 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil, referente a possíveis irregularidades no registro de jornada de trabalho de servidora do Hospital Fêmima S/A. A respeito foi instaurado o expediente RD. n° 00829.00313/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de maio de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de maio de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1190

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – MINISTÉRIO PÚBLICO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2012 A ABRIL/2013

RGF – ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea “a”)

R\$

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	609.146.476,31	4.237,34
Pessoal Ativo	469.802.333,08	4.237,34
Pessoal Inativo e Pensionistas	139.344.143,23	
Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	218.309.466,86	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	87.493.047,68	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	37.058.641,91	
Demais Exclusões	93.757.777,27	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II)	390.837.009,45	4.237,34
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV)= (III a + III b)		390.841.246,79

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	24.444.591.688,17
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI)= (IV/V)*100	1,60%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2.00%	488.891.833,76
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 1.90%	464.447.242,08
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1.80%	440.002.650,39

FONTES: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – Sistema FPE

Notas:

1. A Despesa Total com Pessoal ajustada corresponde de R\$ 365.386.515,83, deduzindo o montante de R\$ 25.454.730,96, referente à Revisão Anual Salarial dos Membros e Servidores (Lei 14.216/2013, Lei nº13.783/2011 e Lei nº14.092/2012), prevista no art. 37, inciso X, da CF, nos termos do Parecer Coletivo nº 03/2002 do TCE-RS, representando como **Limite Legal 1,49475%** sobre a Receita Corrente Líquida;
2. O artigo 169 da Constituição Federal não enquadra pensionista como gastos de pessoal;
3. Não está computado o IRRF, conforme Parecer Coletivo nº 2/2002 do TCE-RS;
4. Não estão computados gastos com auxílio-refeição, auxílio-creche, auxílio-transporte, auxílio-funeral, bolsa de estudo, assistência médica e abono-permanência, conforme orientações contidas nas Informações nºs 43/2001 e 024/2004, aprovadas pelo Tribunal Pleno do TCE-RS em sessões de 08/05/2002 e 21/07/2004, respectivamente;
5. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Desta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processadas, consideradas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei nº 4.320/64.

José Barrôco de Vasconcellos
 Procurador-Geral de Justiça

Roberval da Silveira Marques
 Diretor-Geral

Luiz Paulo Freitas Pinto
 Contador e Auditor-Geral do Estado



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N.º 254/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, do servidor RODRIGO ZUBIRIA DA SILVA, Agente Administrativo, ID n.º 2700840, registrada no Boletim n.º 217/2013, publicado no DEMP de 15/05/2013, referente ao quinquênio de efetividade de 09/04/2008 a 07/04/2013, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 21/05/2013 – PR.00856.00071/2013-7 - Port. 1305/2013).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 27 de maio de 2013, o servidor FELIPE LINASSI, ID n.º 3444619, do cargo de Agente Administrativo, classe "N", deste órgão, em virtude de posse em cargo público federal (Port. 1307/2013).

- o servidor LUCAS BELMONTE MELLO, ID n.º 3444864, do cargo em comissão de Assessor Especial II - CC-05, deste órgão (Port. 1447/2013).

NOMEAR E HABILITAR PARA POSSE

- LUCAS BELMONTE MELLO, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial I - CC-07, deste órgão (Port. 1448/2013).

NOMEAR

- THIELLE SOLDERA WIELICZKO, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial II - CC-05, deste órgão (Port. 1449/2013).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de maio de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO.27719**

CONTRATADA: ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF; **OBJETO:** inscrição de 07 (sete) servidores da Divisão Administrativa nos cursos "licitações e contratos" (06 vagas), "Repactuação, planilha de custos e formação de preços da IN nº 2/2008" (06 vagas), "elaboração de editais, projetos básicos e termos de referência" (04 vagas), "gestão e fiscalização de contratos" (03 vagas) e "sistema de registro de

preços" (05 vagas), a serem realizadas nesta Capital, durante o ano de 2013; **VALOR TOTAL:** R\$ 9.210,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 28/05/2013, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de maio de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

Aviso de abertura de licitação

Convite n.º 12/2013 (Processo n.º 001747-09.00/13-4) Tipo menor preço global. **Objeto:** Contratação de prestação de serviços de engenharia, visando à reforma e manutenção do prédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, localizando na Rua Fernando Machado, n.º 832, pelo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, conforme Convite e seus Anexos. **Data e horário de abertura: 10/06/2013, às 16 (dezesseis) horas.**

Local: Rua General Andrade Neves, 106, 18.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital:** <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/> **convite. Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. Base legal: Lei n.º 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de maio de 2013.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Aviso de abertura de Pregão Eletrônico

Pregão Eletrônico n.º 37/2013 (Processo n.º 001725-09.00/13-5) Tipo Menor Preço (por Item). **Objeto:** registro de preços de blocos autônomos de iluminação de emergência e luminárias autônomas de sinalização, conforme Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas: 13/06/2013, às 10 horas. Data e horário de início da disputa de preços: 13/06/2013 às 14 horas.**

Local: www.pregaobanrisul.com.br. O Edital, com as alterações, também pode ser encontrado na página: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de maio de 2013.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,

Pregoeiro.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 04/2013 - CAOURB

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram instaurados os seguintes expedientes investigativos:

01) Inquérito Civil n.º 42/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Della Méa Corrales, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, com a finalidade de adequar o Plano de Prevenção contra Incêndio - PPCI à legislação vigente, bem como verificar a regularidade da atividade desenvolvida por MAKAHA Bar e Restaurante, situado na Rua Getúlio Vargas, 1370, em Osório, tendo como investigado MAKAHA BAR E RESTAURANTE, neste Município.

02) Inquérito Civil n.º 06/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Subdrack Gaspar Raiser, da Promotoria de Justiça de Agudo, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na aprovação pelo Município de Agudo de parcelamentos do solo urbano em espécies diversas das previstas e exigidas em lei, tendo como investigado o Município de Agudo.

03) Inquérito Civil n.º 44/2013, instaurado pelos Promotores de Justiça Luciano de Faria Brasil, Norberto Cláudio Pâncaro Avena e Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em virtude de eventual irregularidade nas obras do Conduto Álvaro Chaves decorrente do rompimento da tubulação na Rua Coronel Bordini, próximo à Rua Marquês do Pombal, nesta Capital, tendo como investigado Município de Porto Alegre.

04) Inquérito Civil n.º 08/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Frederico Carlos Lang, da Promotoria de Justiça de Arvorezinha, com a finalidade de apurar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo, tendo como investigado o Estado do Rio Grande do Sul e Município de Itapuca.

05) Inquérito Civil n.º 04/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, com a finalidade de verificar a regularidade do prédio situado na Rua Tiradentes, nº 1501, Bairro Dido, na cidade OBALSKI de Santo Ângelo, tendo como investigada CLÉLIA MARIA.

06) Inquérito Civil n.º 19/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, para aferir a regularidade e a existência de poço artesiano situado na Av. Salgado Filho, nº 1331, na cidade de Santo Ângelo, RS, tendo como investigado IVO

ZANCAN, residente no mesmo endereço.

07) Inquérito Civil n.º 14/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos, com a finalidade de apurar problemas estruturais e de prevenção de incêndio das Escolas Municipais e Estaduais do Município de Marcelino Ramos/RS, tendo como investigados o Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Marcelino Ramos.

08) Inquérito Civil n.º 15/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos, com a finalidade de apurar problemas estruturais e de prevenção de incêndio das Escolas Municipais e Estaduais do Município de Maximiliano de Almeida/RS, tendo como investigados o Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Maximiliano de Almeida.

09) Inquérito Civil n.º 68/2013, instaurado pelos Promotores de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti e Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de, apurar existência de problemas estruturais e de prevenção de incêndio em escolas municipais, tendo como investigado o Município de Caxias do Sul.

10) Inquérito Civil n.º 04/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Meirelles Caldas, da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, com a finalidade de apurar os motivos pelos quais houve a concordância do Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico de São Lourenço do Sul com a demolição do imóvel em processo de tombamento (processo judicial 067/1.07.0002273-7), localizado na Rua Senador Píndaro Machado, 271, de propriedade de Pedrinho Renosto e Olga Renosto, tendo como investigados o Município de São Lourenço do Sul e Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico.

11) Inquérito Civil n.º 40/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Eduardo de Almeida Vieira, da Promotoria de Justiça de Gramado, com a finalidade de apurar eventual risco à incolumidade pública decorrente de o empreendimento não possuir plano de prevenção e controle de incêndio adequado, tendo como investigado Sierra Park Exposições e Eventos LTDA.

12) Inquérito Civil n.º 37/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de investigar a implantação do Loteamento Medianeira, pela Cooperativa Habitacional Loteamento Medianeira, em Glorinha, tendo como investigado Cooperativa Habitacional Loteamento Medianeira. Local: Glorinha/RS

13) Inquérito Civil n.º 80/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar Rua Joana Toscana Mezzomo Lora, Lote 01, quadra 5855, Bairro Desvio Rizzo, Caxias do Sul - Loteamento Irregular ou Clandestino - Regularização Fundiária e Proteção ao Direito de Moradia, tendo como investigada MZ Empreendimentos Imobiliários LTDA, neste Município.

14) Inquérito Civil n.º 04/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiana Müller Chatkin, da Promotoria de Justiça de Piratini, com a finalidade de investigar o loteamento irregular



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de maio de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1190

Gotuzzo localizado na Rua General Neto (atrás do Sobrado da Dorada), tendo como investigado Herdeiros filhos de Afonso de Jesus Gotuzzo.

15) Inquérito Civil n.º 40/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Érico Rezende Russo, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar utilização desordenada de espaço público durante a realização do evento "Festa do Mar" e outros realizados na Rua Riachuelo / Porto Velho, tendo como investigado o Município de Rio Grande.

16) Inquérito Civil n.º 56/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Érico Rezende Russo, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de averiguar o processo de regularização da área pertencente ao Sr. Luiz Carlos Marabah de Otero, tendo como investigado a definir.

17) Inquérito Civil n.º 87/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar estrada municipal João Sgarbi – Distrito de Fazenda Souza (estrada para Carapiá, em frente ao hortifrutigranjeiro Guido Kremer) – Loteamento Irregular ou Clandestino, tendo como investigado Antônio Luiz Mazzochi.

18) Inquérito Civil n.º 88/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar Rua Joanna Toscana Mezzomo Lora, lote 01, quadra 2208, Bairro Desvio Rizzo, Caxias do Sul – Loteamento irregular ou clandestino – regularização fundiária e proteção ao direito de moradia, tendo como investigado Empresa Urbanizadora Rodobrás LTDA.

19) Inquérito Civil n.º 81/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar Travessão Diamantina, Lote 04, quadra 3159, Bairro Diamantino, Caxias do Sul - Loteamento Irregular ou Clandestino - Regularização Fundiária e proteção ao direito de moradia, tendo como investigado Fortunato Andreis, Bairro Bela Vista, neste Município.

20) Inquérito Civil n.º 41/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, com a finalidade de verificar a relevância cultural, para o acervo local, do imóvel situado na Rua Marquês do Herval, nº 929 (esquina com a Rua Bento Gonçalves), na Cidade de Santo Ângelo, RS, tendo como investigado VALDIR AMARAL PINTO, tendo como investigado.

21) Inquérito Civil n.º 84/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar Rua Giocondo Cuaro Lazzaretti - Loteamento Irregular ou Clandestino - Regularização fundiária e proteção ao direito de moradia, tendo como investigado o Município de Caxias do Sul.

22) Inquérito Civil n.º 83/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar Rua Padre Alberto Luiz Lamonato, Lote05, quadra 2745, Bairro Nossa Senhora da Saúde, Caxias do Sul - Loteamento

Irregular ou Clandestino - Regularização Fundiária e proteção ao direito de moradia, tendo como investigado Ludovino Meneghetti.

23) Inquérito Civil n.º 08/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Renato Moura Tirapelle, da Promotoria de Justiça de Giruá, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística, com potencial ofensa a direitos difusos, em razão da promoção de eventos em local desprovido de alvará de prevenção e proteção contra incêndio, tendo como investigados Espaço Allegra e Marcieli Limanna.

24) Inquérito Civil n.º 06/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Bárbara da Costa Lange, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul, com a finalidade de investigar irregularidade dos PPCI's nas escolas Municipais de Sapucaia do Sul, tendo como investigado o Município de Sapucaia do Sul .

25) Inquérito Civil n.º 07/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Bárbara da Costa Lange, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul, com a finalidade de Investigar irregularidade dos PPCI's nas escolas Estaduais de Sapucaia do Sul, tendo como investigado o Estado do Rio Grande do Sul.

26) Inquérito Civil n.º 39/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de Apurar as causas do assoreamento e erosão na margem do Arroio Barnabé, proximidades das residências nº 759 e 749 da Rua Montenegro, Bairro Vera Cruz, em Gravataí/RS, tendo como investigado Município de Gravataí/RS. Local: Gravataí/RS.

27) Inquérito Civil n.º 17/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Rudimar Tonini Soares, da Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito, com a finalidade de averiguar possível parcelamento do solo urbano, tendo como investigados Wagner da Cunha Júnior e Fabiano Soncini Binoto.

28) Inquérito Civil n.º 56/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, ADITA a portaria de instauração do Inquérito Civil n.º 00748.00056/2013 para o fim de constarem como investigados: Centro Mundo Yoga - Escola De Artes e Comércio De Produtos Orientais LTDA, Sandro José Zamboni, Raquel Cristina Zamboni Canali e Cristiane Luiza Zamboni.

29) Inquérito Civil n.º 79/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paul Gelatti, da Promotoria de Justiça, com a finalidade de Investigar Rua Samuel Ferreira da Silva, Bairro Desvio Rizzo, Caxias do Sul - Loteamento Irregular ou Clandestino - Regularização Fundiária e proteção ao direito de moradia, tendo como investigado Empresa Urbanizadora Rodobrás Ltda.

30) Inquérito Civil n.º 45/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Della Múa Corrales, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, com a finalidade de Investigar Implantação de Loteamento Clandestino na RST-407, km 07, localidade de Faxinal de Morro Alto, em Maquiné/RS, tendo como investigado Hanilton João Veneiro, residente no Município de Xangri-lá/ RS.

31) Inquérito Civil n.º 38/2013, instaurado pelo Promotor de



Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de averiguar obstrução de via pública, devido à construções irregulares, as quais impedem a continuidade da Rua Tiarajú, entre a Rua Carajá e Avenida José Serafim de Souza, no Bairro Girassol, em Capão da Canoa/RS, tendo como investigado Prefeitura Municipal de Capão da Canoa.

32) Inquérito Civil n.º 07/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, da Promotoria de Justiça de Agudo, com a finalidade de apurar irregularidades em parcelamento de solo, na Rua General Flores, próximo ao número 65, em Agudo/RS, tendo como investigado Danilo Paulo Berger.

33) Inquérito Civil n.º 55/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, com a finalidade de verificar a regularidade das atividades desenvolvidas junto ao estabelecimento comercial denominado LAVAGEM E CHAPEAMENTO MISSÕES, situado na Rua Florêncio de Abreu, n.º 1005, Bairro Centro, na cidade de Santo Ângelo, de responsabilidade de Gilson Torma Campos.

34) Inquérito Civil n.º 77/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de Investigar Travessão Aliança, Santa Justina em Caxias do Sul – Loteamento Irregular ou Clandestino – Regularização Fundiária e Proteção ao Direito de Moradia, tendo como investigados Nelson Giazzon e Josemar Antonio Forlin.

35) Inquérito Civil n.º 80/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de Investigar Rua Joana Toscana Mezzomo Lora, Lote 01, quadra 5855, Bairro Desvio Rizzo, Caxias do Sul - Loteamento Irregular ou Clandestino - Regularização Fundiária e Proteção ao Direito de Moradia, tendo como investigado MZ Empreendimentos Imobiliários LTDA.

36) Inquérito Civil n.º 13/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Estevam Araujo, da Promotoria de Justiça de Arroio do Meio, com a finalidade de Investigar Recebimento do Of. n.º 247/2012 da 2ª Vara do Trabalho de Lajeado, referente à reclamatória trabalhista 01073008820095040771, comunicando expiração de prazo referente a penhora de imóvel doado pelo Município de Arroio do Meio à Everton Alex Hamester & Cia. Ltda. e Outros, com cláusula de reversão, tendo como investigados Everton Alex Hamester & Cia. Ltda. e Outros.

37) Inquérito Civil n.º 03/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Theodoro Alexandre da Silva Silveira, da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos, com a finalidade de investigar problemas estruturais de conservação e prevenção de incêndio nas escolas estaduais e municipais, tendo como investigados Escolas Estaduais e Municipais de Júlio de Castilhos/RS e Pinhal Grande/RS.

38) Inquérito Civil n.º 43/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, com a finalidade de verificar e acompanhar o andamento do processo de tombamento provisório do centro Histórico de Santo Ângelo junto ao Instituto de Patri-

mônio Histórico e Artístico de estado do Rio Grande do Sul – IPHAE, tendo como investigados o Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Santo Ângelo.

39) Inquérito Civil n.º 78/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar Rua Fernando Antonio Carlin com a Rua Nicola Balardin – Bairro Jardim Iracema – Loteamento Irregular ou Clandestino Regularização Fundiária e Proteção ao Direito de Moradia, tendo como investigado Vilson Antonio Rech.

40) Inquérito Civil n.º 07/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Frederico Carlos Lang, da Promotoria de Justiça de Arvorezinha, com a finalidade de apurar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder da polícia administrativo, tendo como investigados o Estado do Rio Grande do Sul e Município de Iliópolis.

41) Inquérito Civil n.º 06/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Frederico Carlos Lang, da Promotoria de Justiça de Arvorezinha, com a finalidade de apurar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder da polícia administrativo, tendo como investigados o Estado do Rio Grande do Sul

42) Inquérito Civil n.º 05/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Frederico Costa Lang, da Promotoria de Justiça de Arvorezinha, com a finalidade de apurar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder da polícia administrativo, tendo como investigado o Estado do Rio Grande do Sul e Município de Arvorezinha.

43) Inquérito Civil n.º 09/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Gustavo Burgos de Oliveira, da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga, com a finalidade de Investigar a existência de problemas estruturais e de prevenção de incêndio nas escolas estaduais existentes na Comarca de São Luiz Gonzaga/RS, tendo como investigado o Estado do Rio Grande do Sul.

44) Inquérito Civil n.º 12/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones, da Promotoria de Justiça de Restinga Sêca, com a finalidade de investigar as condições de funcionamento quanto às normas de prevenção de incêndios, bem como quanto à problemas estruturais que ameacem a segurança na Rede Pública Estadual de Ensino em Restinga Sêca/RS.

45) Inquérito Civil n.º 13/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones, da Promotoria de Justiça de Restinga Sêca, com a finalidade de investigar as condições de funcionamento quanto às normas de prevenção de incêndios, bem como quanto a problemas estruturais que ameacem a segurança na Rede Pública Municipal de Ensino em Restinga Sêca/RS.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de maio de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1190

46) Inquérito Civil n.º 82/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de Investigar Rua Júlio Calegari, Lote 05, Quadra 2984, Bairro Esplanada, Caxias do Sul- Loteamento Irregular ou Clandestino- Regularização fundiária e proteção ao direito de moradia, tendo como investigado Gevaldino Craco.

47) Inquérito Civil n.º 07/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Quaraí, com a finalidade de investigar apuração quanto a potencial infração à ordem urbanística em razão de deficiências na fiscalização dos estabelecimentos de ensino estaduais e municipais, e respectivo poder de polícia administrativo, bem como da eventual existência de problemas estruturais e de prevenção de incêndio nas escolas situadas no município de Quaraí, investigando-se os atos de gestão e políticas públicas efetivamente praticados pela Administração Municipal e Corpo de Bombeiros, para a garantia da segurança das pessoas nestes locais, tendo como investigado Prefeitura Municipal de Quaraí e Estado do Rio Grande do Sul .

48) Inquérito Civil n.º 08/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Bárbara da Costa Lange, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul, com a finalidade de investigar dano a consumidores decorrente da implantação e regularização do Loteamento Nascer do Sol, tendo como investigados Cooperativa de Habitação nascer do sol COOPSOL e Vanessa Brum.

49) Inquérito Civil n.º 41/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de averiguar as condições de funcionamento e a manutenção do playground da Praça José Agostinelli, localizada na Rua Pindorama, Bairro Centro, em Capão da Canoa, tendo como investigado Prefeitura Municipal de Capão da Canoa.

50) Inquérito Civil n.º 08/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça José Eduardo Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Quaraí, com a finalidade de investigar apuração quanto a potencial infração à ordem urbanística em razão de deficiências na fiscalização dos estabelecimentos de pré-ensino e creches municipais, e respectivo poder de polícia administrativo, bem como da eventual existência de problemas estruturais e de prevenção de incêndio nos educandários situados no Município de Quaraí, investigando-se os atos de gestão e políticas públicas efetivamente praticados pela Administração Municipal e Corpo de Bombeiros, para a garantia da segurança das pessoas nestes locais, tendo como investigado Prefeitura Municipal de Quaraí e Estado do Rio Grande do Sul.

51) Inquérito Civil n.º 01/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fernando Andrade Alves, da Promotoria de Justiça de Cacequi, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos ou privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder da polícia administrativo, tendo como investigados Estado do Rio Grande do Sul e Município de Cacequi.

52) Inquérito Civil n.º 03/2012, instaurado pela Promotora de

Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, com a finalidade de verificar a regularidade do prédio situado na Rua Tiradentes, nº 1489, Bairro Dido, na cidade de Santo Ângelo, tendo como investigada CLÉLIA MARIA OBALSKI

53) Inquérito Civil n.º 45/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Della Méa Corrales, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, com a finalidade de verificar Implantação de Loteamento Clandestino na RST-407, km 07, localidade de Faxinal de Morro Alto, em Maquiné/RS, tendo como investigado HANILTON JOÃO VENERIO

54) Inquérito Civil n.º 47/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, com a finalidade de averiguar a regularidade das atividades desenvolvidas junto ao SALÃO DA COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO, situada na Localidade de Esquina Gaúcha, interior do Município de Entre-Ijuís, RS.

55) Inquérito Civil n.º 38/2012, , instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de averiguar obstrução de via pública, devido à construções irregulares, as quais impedem a continuidade da Rua Tiarajú, entre a Rua Carajá e Avenida José Serafim de Souza, no Bairro Girassol, em Capão da Canoa/RS, tendo como investigados Prefeitura Municipal de Capão da Canoa.

56) Inquérito Civil n.º 22/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Cláudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, com a finalidade de apurar eventual óbice no uso nos serviços de saúde causados pela obstrução dos trilhos, que cruzam as vias de acesso, pelas composições férreas, tendo como investigado ALL- America Latina Logística do Brasil.

57) Inquérito Civil n.º 33/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Cláudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, com a finalidade de investigar ausência de estrutura de drenagem de águas fluviais no bairro Santos Dumont, tendo como investigado Município de Alegrete.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de Abril de 2013.

JOSIANE SUPERTI BRASIL CAMEJO,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 034/2013

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul,



foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil nº 00887.00005/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, com a finalidade de apurar a responsabilidade por ato de improbidade administrativa no furto de um cheque do interior da Câmara de Vereadores de município.

2) Inquérito Civil nº 00716.00005/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, com a finalidade de apurar a utilização de cargos em comissão no exercício atividades que, na prática, não constituem direção, chefia ou assessoramento, em município.

3) Inquérito Civil nº 00887.00006/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, com a finalidade de apurar irregularidades nas concessões de licenças/permissões para exploração do serviço de táxi em município.

4) Inquérito Civil, nº 00823.00007/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Luana Rocha Ribeiro, da Promotoria de Justiça Especializada de Pedro Osório, com a finalidade de apurar possível improbidade administrativa do Prefeito Municipal de Pedro Osório em função da discrepância salarial para o cargo de médico geral comunitário, em município.

5) Inquérito Civil nº 00777.00023/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, da Promotoria de Justiça de Áurea, com a finalidade de apurar possível improbidade administrativa decorrente de consertos de veículos de transporte escolar sem procedimento licitatório, em município.

6) Inquérito Civil nº 00721.00004/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar a eventual ilegalidade referente à contratação de servidor a título de cargo em comissão, em município.

7) Inquérito Civil nº 00912.00016/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Melissa Marchi Juchen, da Promotoria de Justiça de Taquari, com a finalidade de investigar regularidade o repasse de verbas públicas, em município.

8) Inquérito Civil nº 00803.00003/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Neidemar José Fachineto, da Promotoria de Justiça de Lajeado, com a finalidade de investigar procedimento licitatório de concessão do transporte coletivo, em município.

9) Inquérito Civil nº 00852.00083/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Záchia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de apurar procedimento administrativo para o pedido de afastamento de sigilo bancário, em município.

10) Inquérito Civil nº 00829.00076/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Alberto Tedesco, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades, por parte do FEPPS, na reforma da subestação transformadora de energia elétrica.

11) Inquérito Civil nº 00711.00044/2013, instaurado pelo

Promotor de Justiça João Cláudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça de Especializada de Alegrete, com a finalidade de apurar ato de improbidade administrativa, em município.

12) Inquérito Civil nº 00815.00012/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Camila Lummertz, da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar eventual atuação irregular de servidor público no município de Novo Hamburgo.

13) Inquérito Civil nº 00801.00054/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, com a finalidade de apurar dispensa indevida de licitação para fins de aquisição de insumos durante o período de intervenção do Hospital São Paulo, em município.

14) Inquérito Civil nº 00711.00036/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Cláudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça de Especializada de Alegrete, com a finalidade de apurar as condições de higiene e eventual necessidade de obras em presídio.

15) Inquérito Civil nº 00873.00001/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Hélder Muller Estivalete, da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo, com a finalidade de apurar regularidade na contratação de serviços advocatícios, em município.

16) Inquérito Civil nº 00711.00028/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Cláudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça de Especializada de Alegrete, com a finalidade de apurar a má prestação e ineficiência dos serviços públicos prestados pelas Delegacias de Polícia.

17) Inquérito Civil nº 00711.00047/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Cláudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça de Especializada de Alegrete, com a finalidade de averiguar possível uso de veículos públicos em propriedade e em benefício particular.

18) Inquérito Civil nº 00917.00003/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Ronaldo Adriano de Almeida Arbo, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de investigar potencial infração à Lei de Licitação pelo suposto cometimento de fraude no processo licitatório de Tomada de Preços (edital 04/2013) no Município de Bom Progresso.

19) Inquérito Civil nº 00729.00003/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Marcela Romera, da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul, com a finalidade de averiguar eventual ato de improbidade administrativa em razão da utilização de servidores e maquinário do município em propriedade particular.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de maio de 2013.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.